

Título

Número:

Padronização de Caçambas de Resíduos da Construção Civil (RCC)

Abrangência: Nacional

Eixo Temático: Água, esgoto, drenagem, resíduos sólidos
Indicador(es) impactado(s) pela Proposta?

Abastecimento de Água; Esgotamento Sanitário; Manejo dos Resíduos Sólidos Urbanos; Drenagem e Manejo das Águas Pluviais Urbanas.

Situação existente:

A gestão de Resíduos da Construção Civil (RCC) no Brasil é um desafio crítico para o saneamento e a qualidade de vida urbana. A ausência de padronização nas caçambas de coleta e transporte é um problema central. Há grande variação em dimensões, capacidade, materiais e identificação, o que gera ineficiência operacional para as empresas de coleta, que precisam adaptar equipamentos e processos, elevando custos de transporte e descarte. Essa falta de uniformidade dificulta a fiscalização e a rastreabilidade dos resíduos, contribuindo para o descarte irregular em vias públicas e terrenos baldios. Caçambas inadequadas ou mal sinalizadas representam riscos à segurança viária e de pedestres. A poluição visual e ambiental é evidente, com acúmulo desordenado de RCC que afeta a estética urbana, atrai vetores de doenças e contamina solos e corpos d'água. A informalidade no setor é incentivada, impedindo a aplicação eficaz de políticas públicas e o avanço da economia circular. O potencial de reciclagem e reutilização do RCC é subaproveitado. A padronização é essencial para modernizar e formalizar o setor, alinhando-o às melhores práticas de sustentabilidade e saneamento ambiental.

Justificativa:

A padronização das caçambas de RCC é uma medida estratégica e urgente para aprimorar a gestão de resíduos no país, com impactos diretos no saneamento básico e no desenvolvimento urbano sustentável. Ao estabelecer padrões para dimensões, capacidade, materiais e identificação, a proposta otimiza toda a cadeia do RCC. A uniformidade facilitará a operação das empresas de coleta e transporte, permitindo o uso de equipamentos mais eficientes e a redução de custos operacionais. Isso pode levar a preços mais acessíveis para o descarte correto, incentivando a formalização e diminuindo o descarte ilegal. A padronização também aprimorará a fiscalização, facilitando a identificação e rastreamento da origem e destino dos resíduos, combatendo a informalidade e práticas inadequadas. Ambientalmente, contribuirá para a redução da poluição do solo, água e ar, além de minimizar a poluição visual. A segurança pública será reforçada com caçambas mais visíveis e estáveis. A iniciativa promoverá a economia circular, facilitando a triagem e o beneficiamento do RCC, transformando-o em matéria-prima. Isso gera empregos, renda e reduz a demanda por recursos naturais. A proposta alinha-se aos ODS da Agenda 2030 (ODS 11 e 12), promovendo cidades mais limpas, seguras e eficientes na gestão de recursos. É um investimento na infraestrutura urbana e na saúde ambiental e social.

Proposição:

Fundamentação Legal:

Art. 1º da Lei nº 5.194, de 1966: As profissões de engenheiro e engenheiro-agrônomo são caracterizadas pelas realizações de interesse social e humano que importem na realização dos seguintes empreendimentos: a) aproveitamento e utilização de recursos naturais; b) meios de locomoção e comunicações; c) edificações, serviços e equipamentos urbanos, rurais e regionais, nos seus aspectos técnicos e artísticos; d) instalações e meios de acesso a costas, cursos e massas de água e extensões terrestres; e) desenvolvimento industrial e agropecuário.

Art. 1º do Anexo II da Resolução nº 1.013, de 2005: O Congresso Nacional de Profissionais – CNP é um fórum organizado pelo Confea, apoiado pelos Crea e pelas entidades nacionais, que tem por objetivo discutir e propor políticas, estratégias e programas de atuação, visando à participação dos profissionais das áreas abrangidas pelo Sistema Confea/Crea no desenvolvimento nacional, propiciando maior integração com a sociedade e entidades governamentais.

A padronização das caçambas de RCC se alinha à Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS), que estabelece a gestão integrada de resíduos, incluindo o RCC, visando redução, reutilização e destinação ambientalmente adequada. A PNRS exige planos de gerenciamento que seriam otimizados pela padronização, facilitando a coleta seletiva e o descarte correto. A Resolução CONAMA nº 307/2002, e suas alterações, classifica o RCC e define diretrizes de gerenciamento, reforçando a necessidade de controle. Embora não detalhe caçambas, a padronização é um instrumento para cumprir suas exigências. Leis municipais de limpeza urbana e planos diretores também são relevantes, pois regulam o uso de caçambas em vias públicas. Normas técnicas da ABNT, como a NBR 10004 (Classificação de Resíduos Sólidos), fornecem base para padrões técnicos. A padronização complementa e aprimora o arcabouço legal existente, tornando-o mais eficaz na promoção da sustentabilidade e saneamento.

Sugestão de mecanismos para implementação:

Visando estabelecer diretrizes técnicas e regulatórias para sua fabricação, uso e identificação em todo o território nacional. Esta proposição abrange os seguintes pontos essenciais:

1 Definição de Padrões Técnicos:

-Dimensões e Capacidade: Estabelecer um conjunto limitado de dimensões e capacidades padronizadas (ex: 3m³, 5m³, 7m³), otimizando transporte e manuseio, garantindo compatibilidade com veículos e segurança em vias públicas.

-Materiais e Resistência: Definir requisitos mínimos de qualidade e resistência para os materiais de fabricação, assegurando durabilidade, segurança e adequação ao tipo de resíduo. Inclui especificações para aço, soldas e revestimentos.

-Características Construtivas: Padronizar elementos como pontos de içamento, sistemas de travamento, drenagem e, se aplicável, tampas ou telas de proteção para evitar dispersão de resíduos.

2 Sistema de Identificação e Rastreabilidade:

-Codificação Universal: Implementar um sistema de codificação visual e digital (ex: QR Code, RFID) para cada caçamba, contendo informações como capacidade, tipo de resíduo preferencial, empresa proprietária e número de registro.

-Cores e Sinalização: Definir um padrão de cores (podendo indicar tipo de resíduo) e exigir sinalização refletiva e informações de contato da empresa de forma padronizada e visível.

-Integração Digital: Desenvolver um sistema nacional de registro e monitoramento das caçambas, permitindo que órgãos fiscalizadores e a população consultem informações sobre legalidade e uso, bem como o histórico de descarte.

3 Segurança e Acessibilidade:

- Normas de Posicionamento: Estabelecer diretrizes claras para o posicionamento das caçambas em vias públicas, garantindo segurança de pedestres e veículos, acessibilidade e não obstrução de calçadas e rampas.

-Dispositivos de Segurança: Exigir a inclusão de dispositivos de segurança, como faixas refletivas, luzes de sinalização noturna e travas que impeçam movimento acidental.

4 Incentivo à Inovação e Sustentabilidade:

- Materiais Recicladoss: Incentivar o uso de materiais reciclados na fabricação de novas caçambas, promovendo a economia circular.

- Design Sustentável: Promover o desenvolvimento de designs que facilitem a segregação de resíduos na fonte e otimizem a reciclagem.

1 Criação de Grupo de Trabalho Multissetorial:

Formar um GT com representantes do Confea/Crea, ABNT, Ministérios (Meio Ambiente, Cidades), associações de empresas de coleta de RCC, fabricantes de caçambas, municípios e universidades. Este GT será responsável por elaborar as propostas de normas técnicas e regulamentações.

2 Elaboração e Publicação de Normas Técnicas:

O GT, em conjunto com a ABNT, desenvolverá e publicará normas técnicas específicas para as caçambas de RCC, detalhando dimensões, capacidades, materiais, requisitos de segurança, sistemas de identificação e métodos de teste. Estas normas devem ser de adesão obrigatória.

3 Regulamentação e Legislação:

Nível Federal: Propor ao CONAMA a edição de uma resolução que torne obrigatória a adoção das normas ABNT para caçambas de RCC em todo o país, estabelecendo prazos para adequação.

Nível Municipal: Incentivar e apoiar os municípios na revisão de suas leis de limpeza urbana e planos diretores para incorporar as novas normas, estabelecendo mecanismos de fiscalização e penalidades.

4 Programas de Incentivo e Financiamento:

Criar linhas de crédito e subsídios (via BNDES, bancos públicos) para empresas de coleta e fabricantes de caçambas que necessitem se adequar aos novos padrões, incentivando a renovação da frota e a modernização da produção.

Desenvolver programas de incentivo fiscal para empresas que utilizem caçambas padronizadas e comprovem a destinação correta dos resíduos.

5 Capacitação e Treinamento:

Promover cursos e workshops para profissionais do setor (operadores, fiscais, engenheiros, arquitetos) sobre as novas normas, melhores práticas de gestão de RCC e o uso adequado das caçambas padronizadas.

Desenvolver materiais educativos e guias práticos para disseminação.

6 Campanhas de Conscientização Pública:

Lançar campanhas nacionais de conscientização sobre a importância da gestão correta do RCC, o papel da padronização das caçambas e como a população pode contribuir para a fiscalização e o descarte adequado.

7 Desenvolvimento de Plataforma Digital de Monitoramento:

Investir no desenvolvimento de uma plataforma digital integrada (web e mobile) para o registro e monitoramento das caçambas, permitindo que empresas, órgãos fiscalizadores e cidadãos consultem informações em tempo real sobre legalidade, localização e status.

8Projetos Piloto: Implementar projetos piloto em cidades de diferentes portes para testar a aplicação das normas, identificar desafios e ajustar as estratégias pre implantação